

2^o Encontro Internacional Saúde escolar



Enfermagem de Saúde Ocupacional avaliar o impacto de intervenção em contexto escolar

Autores: Filipe Teixeira Alves – ACeS Baixo Tâmega – ARS Norte, I.P., Enfermeiro Especialista em Enfermagem Comunitária;
Catarina Magalhães Alves – ACeS Baixo Tâmega, Departamento de Saúde Pública – ARS Norte, I.P., Enfermeira Especialista em Enfermagem Comunitária

INTRODUÇÃO:

A Saúde Ocupacional (SO) assenta na promoção e vigilância da saúde dos trabalhadores através de análises de dados e intervenções com vista à prevenção de acidentes de trabalho e doenças profissionais.

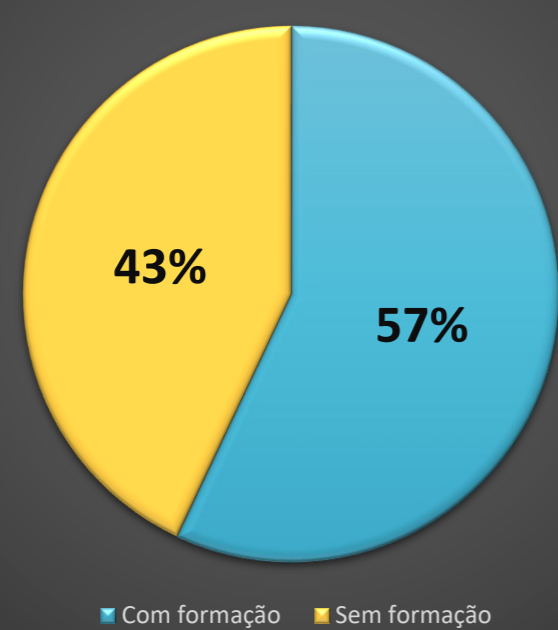
Apesar da diversidade entre os vários contextos laborais, todos convergem na existência de riscos das mais diversas naturezas, motivo pelo qual, o conhecimento dos mesmos e das formas de atuar em situações adversas constitui-se como principal pilar na constituição de ambientes laborais saudáveis.

Tem-se a percepção de que as políticas de saúde ocupacional devem iniciar em contexto escolar, uma vez que as boas práticas em SO inspirarão os futuros funcionários e empregadores na procura de resultados semelhantes.

Análise de dados de Saúde ocupacional

Pela análise de dados referentes à aplicação de inquéritos epidemiológicos de doenças profissionais num ACeS da Região Norte, conseguiu-se aferir um parco foco na formação em áreas como a prevenção de acidentes, gestão de riscos e primeiros socorros (apesar de preconizado em *guidelines*)

Formação nas áreas da gestão de risco e atuação em eventos adversos



Problema identificado

Incapacidade de os serviços de saúde realizarem intervenções de promoção da saúde/minimização de danos em tempo útil, em pessoas que exercem alguma atividade profissional

Intervenção

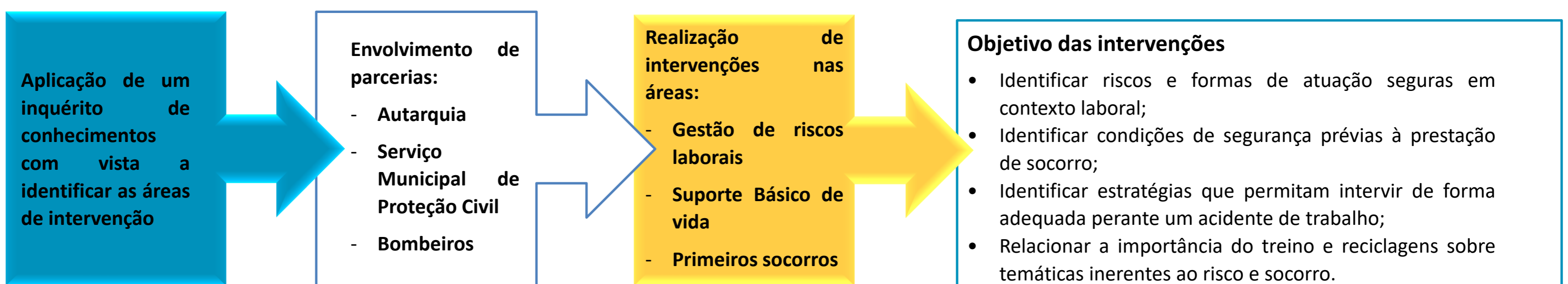
Investir em saúde ocupacional, procurando consciencializar os estudantes para práticas futuras de saúde no trabalho

Intervenção em contexto escolar

Numa análise aos programas letivos, mais especificamente ao do ensino secundário (dado já direcionar para uma vertente laboral) verificou-se apenas existir formação nas áreas do suporte básico de vida, sem no entanto existirem referência à formação de gestão e avaliação de riscos e de primeiros socorros

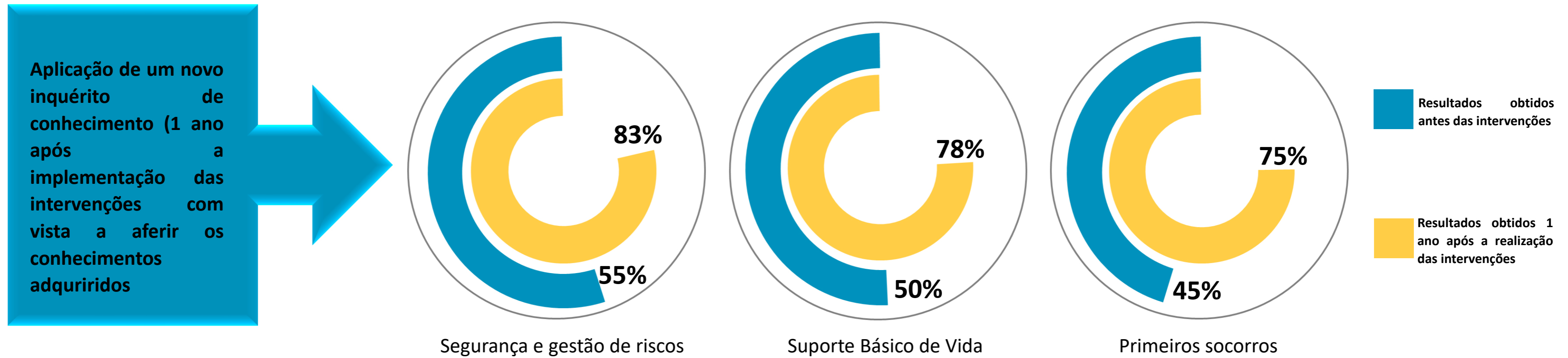
Metodologia

No triénio 2020/2022 realizou-se um estudo de caso, com recurso à Pesquisa Ação Participativa em Saúde (PaPS), uma amostra não aleatória, intencional, que envolveu 320 alunos do 10^o ano de escolaridade e 13 docentes, de duas instituições de ensino secundário, da região norte.



Resultados e discussão

Diferencial de Ganhos em conhecimentos



A metodologia e os resultados mostram-nos a importância de reciclagens e treinos com vista à aquisição de conhecimentos e competências. Esta análise foi debatida com parceiros fundamentais nas decisões políticas: autarquia e escola. Atualmente equaciona-se a criação de um curso com a duração de 3 anos nas áreas de gestão de risco e reciclagens na área do suporte básico de vida e primeiros socorros.

Conclusão

Esta estratégia de intervenção vem demonstrar a efetiva capacitação dos jovens em áreas como conhecimento e prevenção de riscos e acidentes, medidas de autoproteção e atuação em situações de exceção, que lhes permitirá conhecer, avaliar e controlar os riscos profissionais e prevenir os acidentes de trabalho e as doenças profissionais. As sessões mostraram-se momentos promotores de saúde e de transformação social e de cidadania (“o que eu aprendo, replico”).

A implementação/consciencialização de boas práticas de Saúde Ocupacional em contexto escolar visa essencialmente inspirar futuros funcionários e empregadores na procura de resultados semelhantes.

Atendendo à área temática em discussão, à importância da Promoção da Saúde enquanto área elementar do trabalho do Enfermeiro Especialista em Enfermagem Comunitária, a existência de um trabalho em Rede veio não só facilitar o planeamento das intervenções como as tornou mais ricas em conteúdos. Esta metodologia de trabalho e respetivos resultados foram apresentados à Coordenação do Serviço Municipal de Proteção Civil e posteriormente à Comissão Municipal de Proteção Civil.

Atualmente este trabalho constitui-se um dos capítulos do Projeto “Cidadania: educação para os riscos e autoproteção” tendo já sido apresentado pela autarquia à Comunidade Dos Países de Língua Portuguesa (CPLP), enquanto boa prática.